

**Aviso n.º 9613/2013**

Por despacho de 16 de julho de 2013 da Senhora Subdiretora-Geral, Leonor Carvalho Duarte, (por delegação de competências do Senhor Diretor-Geral) da Autoridade Tributária e Aduaneira, e após anuência da Senhora Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria de técnica superior, de Ana Cristina de Carvalho Fonseca Santos, no mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, para exercer funções nos serviços centrais, nos termos do disposto no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, com efeitos a 1 de agosto de 2013.

17 de julho de 2013. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.  
207128287

**Aviso n.º 9614/2013**

Por despacho de 16 de julho de 2013 da Senhora Subdiretora-Geral, Leonor Carvalho Duarte, (por delegação de competências do Senhor Diretor-Geral) da Autoridade Tributária e Aduaneira, e após anuência do Senhor Reitor da Universidade Aberta, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria de assistente operacional, de Fernando José Lopes Branco, no mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, para exercer funções na Direção de Finanças de Lisboa, nos termos do disposto no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

17 de julho de 2013. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.  
207128262

**Despacho n.º 9854/2013**

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.º 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que a republicou e concluído o procedimento concursal de seleção para recrutamento de Diretor de Serviços de Planeamento e Coordenação da Inspeção Tributária (DSPCIT), cargo de direção intermédia de 1.º grau, publicitado no *Diário da República*, n.º 52, 2.ª série, de 14 de março de 2013, o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a designação da Licenciada Ana Paula de Araújo Neto, por reunir as condições exigidas para o cargo a prover.

Considerando os fundamentos apresentados pelo júri, a candidata apresenta o perfil adequado para o desempenho das funções inerentes ao cargo.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.º 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, concordo com a proposta do júri, pelo que designo no cargo de Diretora de Serviços de Planeamento e Coordenação da Inspeção Tributária (DSPCIT), em comissão de serviço, pelo período de três anos, a Inspetora Tributária Assessora Principal, Licenciada Ana Paula de Araújo Neto, com efeitos a 1 de junho de 2013.

30 de maio de 2013. — O Diretor-Geral, *José António de Azevedo Pereira*.

**Nota curricular**

Ana Paula de Araújo Neto  
Habilitações académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG — UTL (1984).

Experiência profissional:

2010 — Diretora de Serviços (em regime de substituição), da Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação Inspeção Tributária (DSPCIT), despacho 11377 de 29/06/2010 do Sr. Diretor-Geral dos Impostos, por vacatura do lugar

2003-2010 — Chefe de Divisão da Divisão de Estudos e Coordenação, da Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação Inspeção Tributária (despacho de 07/02/2003 do Sr. Diretor Geral).

1996-2003 — Inspetora Tributária na DGCI (Direção-Geral dos Impostos), na DSEPCIT (Direção de Serviços de Estudos Planeamento e Coordenação da Prevenção e Inspeção Tributária).

1987-1995 — Inspetora Tributária na DSPIT (Direção de Serviços de Prevenção e Inspeção Tributária), atual Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC).

1985-1986 — Staff Accountant (Ernst & Whinney).

Outras atividades:

2001-2005 — Assistente no IDEFE (Instituto para o Desenvolvimento de Estudos Económicos, Financeiros e Empresariais do ISEG), na unidade letiva de Auditoria Fiscal no Curso de Pós-Graduação em Gestão e Fiscalidade.

1992-2000 — Assistente no IESF (Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais) na unidade letiva de Auditoria Fiscal, dos Cursos de bacharelato e Pós-Graduação em Gestão e Fiscalidade.

1990-1999 — Formadora do Centro de Formação da DGCI em cursos de Auditoria Financeira/Tributária

1996 a 1999 — Formadora no Centro de Formação da DGCI em cursos de “Análise Financeira e Revisão de Contas”.

Formação complementar:

Frequência de diversos cursos, seminários e conferências e nas áreas da: fiscalidade, gestão de pessoas e liderança, gestão por objetivos, trabalho de equipa, informática, inglês, Auditoria contabilística, Auditoria informática;

Frequência, em 2004, no Instituto da Administração Pública (INA), do seminário de alta direção previsto pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

Estágio — Fraudes Fiscais, Swedish Tax Administration — Local Tax Office — Estocolmo e Gutemburgo;

Estágio — Auditoria das contabilidades Informatizadas — Ministère de L'Economie des Finances et du Budget, Paris;

Curso de Auditoria Financeira — Ernst & Young.

207125979

**Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas****Aviso (extrato) n.º 9615/2013**

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 da alínea *d*) do artigo 31.º e do n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugados com o artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, notificam-se os candidatos, na sequência da aplicação do segundo método de seleção (Entrevista Profissional de Seleção), propostos para exclusão do procedimento concursal comum com vista à admissão à frequência do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP — 14.ª Edição), aberto pelo Aviso n.º 4673/2013, de 8 de abril, publicado no *Diário da República* n.º 68, 2.ª série, para, querendo, se pronunciarem sobre a intenção de exclusão, em sede de audiência dos interessados, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de notificação realizada pelo meio previsto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 30.º da referida Portaria.

Para o efeito, deverá ser utilizado o formulário tipo, publicado pelo Despacho (extrato) n.º 11321/2009, DR n.º 89, 2.ª série, de 8 de maio de 2009 e disponibilizado no sítio da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) em [www.ina.pt/ceagp](http://www.ina.pt/ceagp).

2 — Mais se informa que o projeto de lista dos candidatos propostos para exclusão se encontra afixado para consulta, nas instalações da sede do INA, encontrando-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em [www.ina.pt/ceagp](http://www.ina.pt/ceagp).

3 — Em cumprimento do n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, notificam-se os candidatos aprovados em ambos os métodos de seleção para, no prazo de 10 dias úteis, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, dizerem o que se lhes oferecer.

4 — O projeto de lista de ordenação final encontra-se afixado para consulta, nas instalações da sede do INA, encontrando-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em [www.ina.pt/ceagp](http://www.ina.pt/ceagp).

5 — O processo está disponível para consulta dos interessados nas instalações da sede do INA, sita na Rua Filipe Folque n.º 44, em Lisboa, das 14h às 16h30.

16 de julho de 2013. — A Subdiretora-Geral, *Sandra Maria de Azevedo Ferreira Sant'Ana*.

207127963